

A TRANSFORMAÇÃO DISCURSIVA DA NARRATIVA CIENTÍFICA PARA A MIDIÁTICA¹

Catarina Schneider²

Christina Musse³

Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a narrativa jornalística, suas características e especificidades, colocando em evidência a diferença entre ‘acontecimento’, ‘fato’ e ‘notícia’. Após essa discussão, a narrativa científica será abordada, discutindo sua importância para a sociedade e como é feita a construção do discurso da ciência. Logo depois, essas duas narrativas serão cruzadas, colocando em foco suas diferenças, as dificuldades de transformação do discurso científico para o midiático e a distinção entre o olhar de quem faz a narrativa jornalística e daquele que trabalha com a ciência.

Palavras-chave: Narrativa jornalística, narrativa científica, discurso científico

1. INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia, da profissionalização dos escritores de jornais e da comercialização do jornalismo no século XIX e XX fez surgir a venda de periódicos em grande quantidade e de baixo custo. Para atender a frenética circulação dos jornais, foi preciso que seu modo de preparo entrasse numa rotinização. A busca pela objetividade e pela imparcialidade da informação num espaço de tempo muito curto tornou o jornalismo uma prática “superficial”. Assim, as rotinas passaram a constituir um elemento crucial nos processos de produção da notícia e se tornaram chave do novo paradigma construtivista que emergiu nos anos 70.

Dentro desse contexto de produção marcada pelo tempo, os jornalistas se organizaram dentro de um ethos profissional, ou seja, do resultado de uma cultura que é internalizada e que guia o seu trabalho, compartilhando essa maneira ‘imediatista’ de ver o mundo. Assim, a produção acaba, muitas vezes, se moldando ao que Boudier chama de “jornalismo de pacote”, em que os produtos jornalísticos acabam ficando muito parecidos, mesmo com as diferenças de tendências editoriais ou políticas.

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, XXXVII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação

² Graduada em Comunicação, habilitação em Jornalismo na Universidade Federal de Sergipe (2013). Mestranda em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: schneidercatarina@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação, professora do curso de Jornalismo na UFJF. Email: musse@terra.com.br

Desde o seu surgimento, o saber do jornalismo é destinado para o saber do público, em que seu objetivo é entender e passar para a sociedade o que ela quer e precisa saber, e o que a comunidade jornalística, junto com os gatekeepers e embasados nos valores-notícia, acreditam ser importante transmitir. Para que fossem possíveis os jornalistas se aprofundarem em assuntos específicos, com o passar dos anos, o jornalismo abriu espaço para assuntos especializados, como jornalismo econômico, político, cultural e científico. No caso do jornalismo científico, esse objetivo é ainda mais exaltado, já que seu discurso é produzido por uma comunidade revestida de conhecimento específico. Colocar em debate as consequências e promover a divulgação das descobertas científicas é uma das funções do jornalismo científico, que a partir de década de 1980 passou a ocupar um espaço relevante na imprensa brasileira.

Este artigo visa discutir as diferentes formas de narrativas, tanto jornalística quanto científica, e entender o que o jornalismo transforma em sua prática ao narrar à ciência. Serão abordadas as principais diferenças, semelhanças e dificuldades que o jornalista encontra ao tentar passar o conhecimento científico para o público em geral. No primeiro tópico, a narrativa jornalística será descrita, com um enfoque sobre o acontecimento, fato e notícia e como o jornalista se coloca diante desse processo. Logo em seguida, será feita uma discussão sobre a narrativa científica, suas particularidades, seu tipo de discurso e como os cientistas participam dessa narrativa. E, por fim, a tradução da narrativa científica para a jornalística, quais os principais cuidados, tensões e diferenças entre as duas.

2. A NARRATIVA JORNALÍSTICA

Segundo Moniz Sodré (2012), o jornalismo é considerado como a grande narrativa da contemporaneidade por ter uma característica do presente, ou seja, ele produz e reproduz diariamente a realidade. Durante a rotina profissional, surgem relatos de fatos significativos que passam a ser chamados de notícia. Segundo ele, neste momento, o jornalista é parcialmente autônomo, devido a regras profissionais e assim como concepção coletiva do acontecimento que o ultrapassa, registrando tanto o jornalismo como seu meio social.

Porém, alguns autores não concordam com a ideia de que o relato implicado na notícia constitui uma narrativa, pois acreditam que a narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento. Para Sodré, “o real da notícia é sua ‘factualidade’, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico” (SODRÉ, 2012, p.27).

A diferença colocada por Sodré entre o fato, acontecimento e notícia é que o acontecimento é um fato tratado jornalisticamente, transformando-o em notícia. O jornalismo coloca em evidência alguns pontos para a sociedade e assim constrói uma nova realidade. Dessa forma, o leitor só consegue se ligar ao acontecimento e não ao fato em si, pois este vem da relação com o empírico, com a percepção imediata e que pode guardar relação com o real ou não.

Assim, a informação é construída a partir de regras e convenções, de um esquema narrativo que transforma a factualidade da vida. Isto pode ser nomeado como “mimese”, que não é a imitação da realidade, mas o aproveitamento dos aspectos da realidade para produzir uma realidade semelhante. “A mimese do discurso informativo se realiza em função de uma referência sócio-histórica, aqui e agora, e da delimitação de um enquadramento técnico” (Sodré, 2012, p.37). Para ele, o framing é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza, apresenta e constrói o acontecimento.

O autor, durante seu livro, diferencia o acontecimento existencial da informação e acontecimento midiático ressaltando que o primeiro é modalidade transparente, em oposição ao segundo, que há uma suposta opacidade da informação, ou seja, há escolhas, enquadramentos e uma presunção do jornalista sobre o que o público quer saber.

Acontecimento não é uma sucessão de dois estados de coisas, é uma síntese dessa disjunção na linguagem. É um diferenciador das significações e das coisas. (...) Mas relacionando à informação midiática, o acontecimento é uma modalidade clara e visível de tratamento do fato, portanto é uma construção ou produção do real. (Sodré, 2012,p.36).

Para que a notícia seja concretizada, é preciso, primeiramente, que o fato seja reconhecido, pois é necessário interpretá-lo para que ele seja transformado em acontecimento. O fato precisa de um recorte, precisa ser colocado numa narrativa reconhecida e relacionado com algo que já existe na vida social. O jornalismo, a partir da notícia, diz e constrói o que é bom ou mal, certo ou errado, dentro dos parâmetros sociais. Ele tem o objetivo de dar respostas às incertezas, mas não tem como suprir todas as respostas necessárias para a sociedade, então amarra suas narrativas a outras para, assim, fazer sentido e tentar dar a maior quantidade de respostas para seu público.

Segundo Motta (2005), as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais de contexto. “As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são forma de

exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação” (MOTTA, 2005, p.3). Portanto, na narrativa jornalística há sempre a relação do real com o simbólico, pois o discurso está inserido em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos.

O poder simbólico, segundo Bourdieu (1989), é o poder invisível que só existe porque aquele que está sujeito a ele crê que existe, ou seja, só pode ser exercido com uma cumplicidade sobre quem exerce. É um poder de construção da realidade que tende a receber uma ordem de sentido imediato do mundo que, através dos símbolos que são instrumentos de integração social, de conhecimento e comunicação, contribuem para a reprodução da ordem social, seja ela lógica ou moral. Assim, o poder da mídia sobre o público é um exemplo desse poder simbólico conceituado por Bourdieu, que, conseqüentemente, está presente na narrativa jornalística através da sua estruturação, enquadramento e do modo de fazer jornalístico, além de ser visto também através do poder de fala nas notícias.

Desse modo, segundo Motta (2005), o jornalismo está muito preso às circunstâncias e existe a dificuldade de aumentar a dimensão e se transformar numa narrativa. Isso pode ser justificado por Sodré (2012), que diz que o jornalismo está muito ligado a particularidades, como o tempo e o distanciamento do narrador, por exemplo. Segundo Motta (2005), o discurso narrativo subjetivo, ou seja, a ficção distingue-se pela presença do narrador, que no discurso objetivo do jornalismo define-se pelo distanciamento do narrador. “Ele narra como se a verdade estivesse “lá fora”, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrador: dissimula sua fala como se ninguém estivesse por trás da narração” (MOTTA, 2005, p. 8). Assim, diz que o jornalista é um narrador discreto, que nega sua narração, finge que não narra, apaga sua presença, fazendo os fatos surgirem como se pudessem falar por si próprios.

No entanto, o jornalismo é uma forma de construir história, de formar uma determinada realidade, de associar pequenos enredos (ganchos) para contar uma história maior, a narrativa se constitui a partir de funções, e no caso do jornalismo uma delas é de criar expectativas. A notícia não deve ser considerada apenas como o acontecimento, mas como o processo inteiro.

No entanto, está cada vez mais difícil separar nas narrativas o imaginário do real, o verdadeiro do falso. Portanto, a narrativa produz, segundo Sodré (2012), um conhecimento situado entre o senso comum e o conhecimento sistemático. Senso comum é o nome dado a

uma experiência limitada à sensibilidade, às notas acidentais contingentes e variáveis, às representações sociais que reduzem a complexidade factual a imagens de fácil comunicação. Por outro lado, o conhecimento sistemático, ou científico, o que vale é a falseabilidade do fato científico, ou seja, ele só pode se tornar um paradigma para a ciência caso possa ser desmentido. Assim, no conhecimento científico é básico que haja a validação dos resultados obtidos, o que não pode ser feito com o senso comum nem com um saber vinculado a valores, como o jornalismo, por exemplo, que “não se dispõe, como na ciência, de uma unidade de contextos capaz de fundamentar enunciados verdadeiros” (SODRÉ, 2012, p. 46).

Porém, a verdade é uma das bases do jornalismo, da narrativa jornalística, que é entendida do modo mais básico ao senso comum como sendo a correspondência do enunciado aos fatos que ocorrem no mundo. No entanto, Sodré (2012) distingue dois tipos de verdades: “verdade do necessário”, que é aquela pertencente à lógica,   ciência, e a “verdade do verossímil”, que é a pertencente à retórica. Na primeira, a verdade do enunciado independe de quem a anuncia. A segunda inclui o sujeito da enunciação, ou seja, quem diz tem na sua fala uma conformidade com a verdade.

A ideologia do campo profissional procura sempre fazer passar a ideia de que a verdade do jornalismo pertence ao enunciado, ao invés da enunciação. A realidade, porém, é que, no pacto implícito entre o jornal e seu leitor, figura a cláusula de que o discurso do jornalista deva ser crível para que o público lhe outorgue o reconhecimento da verdade. Essa credibilidade não nasce simplesmente de uma lógica do enunciado, e sim de uma hegemonia da enunciação, o que pressupõe uma luta ou um embate dos enunciados, de acordo com a variedade dos atores jornalísticos e extrajornal sticos no acontecimento (SODRÉ, 2012, p.47).

Assim, a credibilidade junto ao público leitor comum sustenta o conhecimento jornalístico na veracidade que ele propõe passar, uma verdade em torno do fato visto por ele, porém é uma verdade sujeita à desconfiança. Essa credibilidade decorre do lugar que o jornalista ocupa na sociedade, como o mediador entre ela e o acontecimento, se colocando como testemunha.

3. A NARRATIVA CIENTÍFICA

A importância dada   popularização da ciência ampliou-se, consideravelmente, devido a alguns fatores que se concretizaram na sociedade, como a necessidade do

entendimento social dos impactos da ciência e tecnologia na vida cotidiana e a necessidade da ciência dar soluções aos problemas básicos da humanidade. No entanto, não muito diferente dos “moldes” colocados ao jornalismo em geral, o processo de produção do jornalismo científico também está sujeito à força do mercado e às rotinas produtivas, pois são produzidas por profissionais que partilham uma forma de “ver” comum e que difere totalmente da forma de ver dos cientistas.

Assim, é importante destacar que o saber da mídia é diferente do saber da ciência. A forma de executar o jornalismo científico pelos meios de comunicação de massa, muitas vezes, é considerada, pelos estudiosos, como uma vulgarização do saber científico, pois a imprensa tem uma forma de elaboração da notícia que está preocupada com os resultados do problema, não com os processos que levaram a ele.

Os cientistas e pesquisadores, grandes responsáveis pela divulgação da ciência, condenam a mídia e atribuem a ela a desinformação ao público e a cobertura inadequada por parte da mídia dos assuntos científicos. Muitos desconfiam dos jornalistas, criticam suas reportagens acerca de suas especialidades por infidelidade, simplificação e sensacionalismo. Porém, é preciso entender os limites que dividem esses dois grupos.

Da mesma forma que os grupos sociais mantêm regras de atuação, como os jornalistas, por exemplo, a comunidade científica adota uma ética reguladora que é regida pela universalidade, compartilhamento, desapego material e ceticismo. Elas guiam a comunidade científica na elaboração das suas pesquisas, na forma de lidar com o público externo e até mesmo com seus pares.

Desse modo, segundo o autor Paulo César Alvim (2003), cada vez mais o papel de difusão do conhecimento científico para o público em geral é colocado como um instrumento de inclusão na sociedade do conhecimento. A diversidade e a quantidade de conhecimento exigem cada vez mais uma difusão e comunicação sobre os avanços da ciência já que o aprendizado é a essência do desenvolvimento deste tipo de sociedade. Por isso o conhecimento científico é tão importante, pois permite a ligação entre a geração e o próprio uso do saber.

Assim, para que os avanços científicos cheguem até o público, é preciso que exista a troca entre quem gera o conhecimento científico e quem precisa usar esse conhecimento. Segundo Paulo Alvim (2003), é na pesquisa científica que surge o conhecimento que se transformará em informações científicas e retroalimentará o processo de pesquisa científica, dando continuidade à produção da ciência. “Sem a informação, a ciência não pode se

desenvolver e sobreviver. Fluido precioso, permanentemente produzido e renovado, a informação só interessa se houver circulação” (LE COADIC, 1996, citado por ALVIM, 2003, p.53).

A narrativa científica, portanto, constituiu-se numa representação coletiva no mundo moderno, protegida por uma aura de sagrado, uma vez que a concepção de verdade, possibilidade e potência subjaz a sua forma de representação. Assim, a comunicação como área do conhecimento, segundo Alvim (2003), tem um duplo papel, pois além de se inserir no rol das disciplinas científicas, como a ciência da comunicação, ela atua diretamente no processo de comunicação científica, como a base da difusão científica. Assim, a comunicação científica tem objetivos educacionais, cívico e de mobilização popular.

Comparando a narrativa do campo científico e do campo dos media, Rodrigues afirma que,

embora ambos se assemelhem em sua pretensão à universalidade e à formação de consensos, a natureza da legitimidade de cada um desses campos se distingue ao se compararem os valores de transparência e publicidade (entendidos como tornar pública a informação) com os de rigor e de adequação ao real (entendidos como veracidade e objetividade da informação) (RODRIGUES, 1990, p.155 citado por MONTEIRO, 2003, p.168).

Apesar desses valores existirem nos dois campos, a relação entre eles é invertida, prevalecendo a transparência e a publicidade no campo dos media, e o rigor e a adequação ao real no campo científico. Assim, para que uma ocorrência seja transformada em acontecimento público, ou seja, para que se transforme em notícia, tem que existir a veracidade do fato que, para o pesquisador, este conceito está ligado ao grau de certeza em relação à informação. Porém, esse grau pode variar bastante dependendo do olhar e da interpretação de quem o vê.

Passada a fase de recolhimento e seleção dos acontecimentos que serão transformados em notícia, inicia-se a fase da apresentação da notícia. É nela que, segundo a autora Maria da Graça Monteiro (2003), o jornalista transita por um dos terrenos mais polêmicos da divulgação científica, que é a tradução do discurso científico para o idioma público dos media.

Falando sobre os problemas da tradução nas representações sociais, tanto os produtores quanto os usuários de representações científicas gostariam que as linguagens verbal, numérica e visual, que empregam em seus artigos e relatórios, fossem elementos neutros padronizados, que não

acrescentassem nada àquilo que está sendo relatado (MONTEIRO, 2003, p. 170).

4. DA CIÊNCIA PARA A MÍDIA

A ciência se ocupa em compreender como funciona a natureza, o Universo e seus habitantes, vivos ou não, através de um processo constante de métodos científicos. “Ela oferece à sociedade a possibilidade de viver livre do medo irracional do desconhecido, e, através dessa concepção, tenta desvendar o que não é possível que a sociedade descubra” (VILAS BOAS, 2005, p. 38).

Foi a partir dos resultados propostos pela ciência e tecnologia, que a sociedade pode, assim, evoluir nos seus conhecimentos e na forma de se estruturar culturalmente. Descobertas na área de saúde e tecnologia, por exemplo, têm permitido a sociedade evoluir a partir do momento que leva para a humanidade novas descobertas. Contudo, essa evolução só é possível quando as informações geradas através das áreas científicas chegam à sociedade de forma acessível, para que esta possa compreender quais os benefícios que determinadas descobertas trarão e serão úteis.

Para que isso seja possível, a comunicação é essencial. Nesse momento em que vivemos, o conhecimento tornou-se indispensável para a evolução da humanidade e os meios de comunicação de massa têm um grande papel nisso, pois eles são capazes de disseminar o que está acontecendo no mundo. Por isso, o jornalismo é, hoje, umas das grandes áreas da humanidade, entrando com um papel importante nesse caminho, pois é ele que passa de forma mais acessível os assuntos que a sociedade busca entender. O jornalismo, seja ele na televisão, jornais, revistas ou internet, é a fonte principal para que a sociedade tenha acesso às conquistas da ciência e tecnologia.

Diante disso, a mídia tem recebido maior atenção da literatura especializada. O jornalismo científico diz respeito a todas as ciências e tem uma relação estreita com outros tipos de ‘jornalismo’, como o político, econômico, por exemplo. Portanto, ele tem o objetivo de servir de consciência social, e uma das tarefas mais difíceis, é alcançar um equilíbrio entre o entusiasmo da ciência e evitar transmitir uma visão exagerada dela, sabendo que até na ciência há erros, e isso permite que quem receba a informação crie o seu senso crítico.

De acordo com Sérgio Vilas Boas (2005), o papel da mídia é informar, ou seja, vender informação. Mas, para que a ciência seja divulgada, ela precisa despertar interesse, entreter e até defender pontos de vista. Fazer isso de forma equilibrada é essencial para que quem receba a informação não seja manipulado. Colocar em debate as consequências das descobertas científicas é uma das funções do jornalismo e da divulgação científica. Essa divulgação é feita, principalmente, através dos meios de comunicação de massa ou também através de artigos científicos, palestras, livros, sendo destinada tanto para o público leigo, como para a comunidade científica.

Com esse objetivo, o jornalismo científico precisa pautar-se pela pluralidade, pelo espírito crítico, buscando construir um novo discurso: o discurso crítico. Assim, a ciência é responsável por alguns papéis na sociedade e é por isso que o discurso apresentado pelo jornalismo científico deve ser elaborado visando todas essas funções que a ciência propõe-se a fazer.

É importante observar que a narrativa jornalística se difere da científica e quando um jornalista se propõe a escrever sobre a ciência precisa, então, ter atenção sobre alguns aspectos. Este jornalista deve prestar atenção ao procurar suas fontes. Segundo Vilas Boas (2005), elas devem estar, primeiramente, dispostas a falar sobre o assunto, comprometidas com o processo de democratização da ciência, além de terem boa capacidade de comunicação, já que a fonte terá que explicar da melhor forma, pensando que o repórter terá que captar as informações e formulá-las para que entrem nos padrões jornalísticos.

Além disso, ainda segundo o autor, sempre procurar os pesquisadores pode tornar-se um vício. É importante que o jornalista aumente as opções de fontes para suas matérias, como procurar o público para que ele se manifeste com relação ao assunto abordado. “Não é possível confiar só na ciência sem que o público participe, pois é improvável que a credibilidade na ciência seja reconstruída, quando quebrada, sem a popularização do saber científico” (VILAS BOAS, 2005, p. 27).

Diante disso, é necessário chamar atenção de que as notícias científicas precisam abordar o contraditório, ou seja, a outra parte. Ao divulgar um trabalho científico sem citar outras fontes, dá a impressão ao leitor que ali é uma verdade absoluta. No entanto, o papel do jornalista acaba se confundindo com o do assessor de imprensa do pesquisador, e não chega a seu objetivo final, que é o esclarecimento para o leitor. (VILAS BOAS, 2005).

Mas diante de todas as exigências feitas aos jornalistas científicos, os pesquisadores também podem contribuir muito com a comunicação, caso se disponham a falar sobre seus

experimentos e pesquisas para a sociedade. Muitos deles não têm interesse em abrir o seu laboratório para os jornalistas, pois têm receio em ser avaliados, em ter seu trabalho copiado ou até mal interpretado. Portanto, a falta de interesse do pesquisador é um dos principais fatores que distanciam a produção científica da publicação.

A ciência e tecnologia estão entre os assuntos que mais interessam a população. No entanto, a divulgação ainda não é feita de uma forma acessível, já que ainda são transmitidas de maneira distante do público. Alguns pontos são essenciais para que uma divulgação seja boa. Entre eles é preciso ter uma boa manchete, boa imagem e estrutura interessante com recursos linguísticos que atraiam o leitor.

Para Burket (1990), algumas características são indispensáveis quando se trata de uma notícia sobre ciência. São elas: o gancho noticioso, pioneirismo, singularidade, interesse humano, dentre outras. Para que se atinja seu objetivo, é preciso mais comprometimento dos jornalistas ao divulgar a ciência, e dos cientistas ao incluir a imprensa como suporte de divulgação das suas pesquisas.

Com relação à linguagem do discurso científico passado para o público, alguns autores afirmam que o que os jornalistas fazem é traduzir ou reformular um discurso já pronto, ou seja, o discurso dos cientistas. No entanto, Guimarães (2001) afirma que relação do homem com a linguagem desencadeia inúmeras transformações. No caso do jornalismo científico, o que os jornalistas fazem não é tradução do discurso científico, pois há uma relação de dois discursos na mesma língua- o científico e o jornalístico- e não entre duas línguas distintas.

Durante o processo da escrita sobre a ciência, há o “efeito de exterioridade”, ou seja, a ciência sai do seu próprio meio para ocupar um lugar social e histórico dos sujeitos. Segundo Orlandi,

O que ocorre, de um ponto de vista discursivo, é o entrecruzamento de diferentes espaços de significação: o do meio de divulgação, o da ciência e o do universo do público leitor. É nesse entrecruzamento que vemos a constituição do imaginário da descoberta. (ORLANDI, 2001, p. 32).

Portanto, não se transportam sentidos de um discurso para outro. O jornalista científico não soma, nem faz a substituição das palavras, ele formula um novo discurso, ao contrário do que alguns autores que acreditam que há uma reformulação. Segundo Lílian Zamboni,

as citações que aparecem nos textos de divulgação científica já são falas vulgarizadas do discurso científico, ou seja, já não seria um discurso primeiro, o científico. Desse modo, “a entrevista e os depoimentos

tomados dos próprios cientistas pelo divulgador já vêm configurados como discurso de Divulgação Científica” (ZAMBONI citado por Solange Santos, 2011, p. 42).

Segundo a autora Maria da Graça Monteiro (2003), a tradução esbarra num dos pilares do valor científico, ou seja, a verdade. Apesar de leitores aceitarem imprecisões em jornais ou revistas, é preciso ter muito cuidado com a tradução, para que distorções significativas que comprometam a competência científica, a credibilidade da empresa que esteja auxiliando a pesquisa e do pesquisador sejam evitadas.

Para os cientistas, o cuidado com a tradução se deve à existência de dois públicos distintos: um que é leigo, que aqui uma pequena distorção ou falha será menos perceptível, porém, mesmo assim causará danos para quem consome a notícia; e outro que são os próprios cientistas e pesquisadores que também vão consumir a notícia. Portanto, é este segundo segmento de público que preocupa o pesquisador, pois é daí que surgem as críticas ou até uma sanção maior caso haja uma distorção na informação científica divulgada. “Como ressalta Bourdieu, o campo científico é um espaço concorrencial pelo monopólio da competência científica, expressa pelo agir e pelo falar com autoridade e reconhecida pelos pares” (MONTEIRO, 2003, p.172).

O poder do jornalista de saber “vender” o produto assusta um pouco os pesquisadores, pois eles muitas vezes analisam que esse “poder de venda” possa ser utilizado para atrair a atenção do público, podendo fazer uso da espetacularização da notícia como uma estratégia jornalística. Porém, existem cientistas que utilizam desse “poder de venda” do jornalismo para promover sua pesquisa ou como uma forma de legitimar suas atividades. A autora citando Bourdieu diz que:

não há escolha científica, inclusive local de publicação, que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro científico representado pela obtenção do reconhecimento da comunidade científica, podemos inferir que esses pesquisadores, sentindo-se discriminados em seu campo, buscam aumentar o capital simbólico (prestígio e celebridade) usando como recurso a legitimidade oferecida pelo campo dos *media*” (BOURDIEU citado por MONTEIRO, 2003, p.175).

Assim, como o campo científico é um espaço onde se manifestam relações de poder, ele se estrutura a partir de uma distribuição desigual da autoridade científica, que determina a posição ocupada por um agente específico no interior desse campo. Segundo Bourdieu (1983), os cientistas que desfrutam de posições hierarquicamente reconhecidas como

dominantes dispõem de maior capital científico e possuem maior celebridade e prestígio, e, socialmente, ainda detêm o poder de impor aos outros componentes do campo as definições que melhor lhe convém e que seja melhor para os seus interesses. Para este autor, a autoridade científica é uma espécie particular de capital que poder ser acumulado, transmitido e até mesmo reconvertido em outras espécies.

Assim, a narrativa jornalística não segue uma ordem cronológica de acontecimentos, mas uma sequência de prioridades. Já quando passada para a divulgação científica, procura-se a relevância nas conclusões das pesquisas e na aplicação de seus resultados no cotidiano das pessoas. Os jornalistas querem saber dos resultados concretos e muitas vezes o que pode ocorrer durante a transmissão dos os textos dos cientistas para os dos jornalistas é uma mudança de perspectiva de interesse, não necessariamente uma distorção de ideia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que há muitas diferenças entre a narrativa jornalística e a científica e que ainda existem grandes divergências entre esses dois grupos. Por mais que essas diferenças tentem ser minimizadas no momento que o discurso científico é passado para mídia através da narrativa jornalística, sempre haverá discordâncias e dificuldades, pois é preciso entender o quão diferente é o modo de fazer desses dois saberes.

Porém, a contínua discussão, debates, leituras, podem ajudar a encontrar, não uma aliança completamente pacífica, mas uma forma de fazer a ciência para a mídia e a mídia para a ciência e que seja agradável aos dois grupos. Assim, é necessário que haja a especialização de jornalistas que trabalham com a ciência, para que elaborem um discurso em que não haja espetacularização ou distorção, um discurso que passe para o público o que as pesquisas estão desenvolvendo e não só o seu resultado e que não seja visando somente o lucro, que tenha responsabilidade com o que publicam e com a forma que esse conteúdo será divulgado.

Com esse compromisso, os comunicólogos terão mais respeito dos cientistas e estes se sentirão mais a vontade para falar de suas pesquisas e terão segurança para contar com a mídia na divulgação dos seus projetos científicos. No entanto, deve haver debates para que os pesquisadores também entendam o valor da mídia para o desenvolvimento dos seus estudos e estejam mais acessíveis a ela para que um bom trabalho jornalístico seja desenvolvido.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Paulo César. Comunicação da Ciência. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira (ed). **Comunicação para a ciência, ciência para comunicação**. 1 ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003

BOAS, Sergio Vilas (Org.). **Formação e Informação Científica: jornalismo para iniciados e leigos**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2005. 92 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertandre Brasil S.A, 1989.

BURKETT, Warren. **Jornalismo Científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária Ltda, 1990. 229 p.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e Circulação do Conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2001. 269 p.

MONTEIRO, Maria da Graça. Duelo ou Dueto? A Controvertida Relação entre Cientista e Jornalista. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira (ed). **Comunicação para a ciência, ciência para comunicação**. 1 ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise pragmática da narrativa jornalística**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>.
[Visualizado em 13/06/2014](#)

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2009.

SANTOS, Solange. **Ciência, Discurso e Mídia: a divulgação científica em revistas especializadas**, 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. Disponível em [\http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliiana/media/DISSER_SOLANGE_SOUSA_SANTOS.pdf]. Acessado em 13 de janeiro de 2013

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012